



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS

ESTADO DE SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO Nº 1

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2018

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS, Estado de São Paulo**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público a retificação ao **Edital nº 02/2018**, conforme estabelecido a seguir:

NO CAPÍTULO VII – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISSERTATIVAS, inclua-se:

7.26. A Comissão de concurso público acompanhará o término da aplicação das provas (objetiva e dissertativa) para lacre dos malotes, bem como a abertura dos mesmos para digitalização dos cartões respostas dos candidatos.

NO CAPÍTULO IX – DA AVALIAÇÃO DA PROVA DISSERTATIVA – ITENS 9.9 E 9.10, leia como segue e não como constou:

9.9. O espelho de correção da Prova Dissertativa será divulgado juntamente com os resultados das Provas Objetiva e Dissertativa.

9.10. É facultado ao candidato a revisão da Prova Dissertativa e o acesso à Folha de Resposta no período de elaboração de recurso.

NO CAPÍTULO – X – DOS RECURSOS – ITEM 10.1 – LETRA D, leia como segue e não como constou:

d) 02 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação dos Resultados Provisórios das Provas Objetiva e Dissertativa e do Espelho da Prova Dissertativa.

NO CAPÍTULO XI – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS – ITEM 11.5 E SEUS SUBITENS, leia como segue e não como constou:

11.5. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

11.5.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição deste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

11.5.2. Obtiver maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos.

11.5.3. Obtiver maior número de pontos na prova de Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal.

11.5.4. Obtiver maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa.

11.5.5. Obtiver maior número de pontos na prova Dissertativa.

11.5.6. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

11.5.7. Tiver exercido efetivamente a função de Jurado no período entre a data de publicação da Lei Federal nº 11.689/08 até a data de publicação deste Edital.

NO ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, leia como segue e não como constou:

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de Assis. Regimento Interno da Câmara Municipal de Assis – Resolução 196/16. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Assis – Lei Municipal nº 2.861/91. Código de

Direito Municipal: Criação do Município. Organização Política e Administrativa Municipal. Poder Legislativo. Função e Competências Legislativas. Processo Legislativo. Fases do Processo Legislativo. Emenda à Lei Orgânica. Lei Complementar. Lei Ordinária. Lei Delegada. Decreto Legislativo e Resolução. Emenda. Deliberação Parlamentar. Redação Final. Quórum. Função Deliberativa. Função Fiscalizadora. Comissão Parlamentar de Inquérito. Fiscalização Financeira. Função Julgadora. O Julgamento do Vereador por Prerrogativa de Função. Poder Executivo. As atribuições do Prefeito. O Julgamento do Prefeito por Prerrogativa de Função. Competências Municipais. Meios de Ação Municipal. Servidores Municipais. Os Regimes Jurídicos dos Servidores Municipais. Regime Estatutário. Regime Celetista. Regime Especial. Função Pública. Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão. Cargos de Provimento Efetivo. Cargos de Provimento em Comissão. Criação e Extinção de Cargos Públicos. Acessibilidade ao Cargo Público e Emprego Público. Vencimento, Remuneração e Subsídio dos Servidores Municipais. Demissão e Exoneração de Servidores Públicos. Normas de Contenção de Despesas com os Servidores Estatais. Bens Públicos Municipais. Classificação dos Bens Públicos Municipais. Afetação e Desafetação de Bens Públicos. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Aquisição e Alienação de Bens Públicos. Autorização, Permissão, Concessão e Concessão de Direito Real de Uso Finanças Municipais. Ordenador de Despesa. Requisitos de Legitimidade da Despesa Pública. Os Tributos Municipais. Serviços Públicos Municipais. Modos de Prestação do Serviço Público. Serviços Públicos e Outras Atividades Municipais. Modelos de Regulação dos Serviços Públicos Competitivos. As Concessões e Permissões de Serviço Público no Município. Poder de Polícia e Intervenção no Território Municipal. Poder de Polícia Municipal. A Fiscalização Municipal. Polícia Administrativa Ambiental. Intervenção na Propriedade Privada. Limitação Administrativa. Ocupação Temporária. Requisição Administrativa. Tombamento. Servidão Administrativa. Desapropriação. Plano Diretor e Ordenamento do Território Municipal. Macrozoneamento. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo. Desapropriação para Fins de Reforma Urbana. Transferência do Direito de Construir. Direito de Preempção. Controle Municipal. Modalidades de Controle. Tipos de Controle. Controle Interno. Controle Externo. Controle Legislativo. Controle Judiciário. Controle Pelo Tribunal de Contas. Controle Popular.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil: Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro; lei, analogia, costumes, jurisprudência, princípios gerais de direito, equidade e moral; lei, classificação e hierarquia; Eficácia no tempo: vigência, revogação, repristinação e retroatividade. Conflito de normas jurídicas no tempo; lei, Eficácia no espaço: territorialidade e extraterritorialidade; conflito de normas no espaço; Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada; Hermenêutica, interpretação e aplicação do direito. Teoria Geral: das pessoas naturais e jurídicas. Personalidade. Capacidade. Nome. Sociedades, associações e fundações. Domicílio: dos bens e sua classificação. Dos atos jurídicos, sua validade e eficácia. Defeito dos atos jurídicos, sua ineficácia. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Direito das coisas; Posse: aquisição, efeitos, perda e proteção. Propriedade: aquisição e perda; Direitos reais sobre as coisas alheias: usufruto, penhor e hipoteca. Direito das obrigações. Obrigação. Conceito. Elementos constitutivos; obrigação de dar, de fazer ou não fazer, alternativa, divisível e não divisível; Obrigações solidárias; Cláusula penal, efeitos das obrigações. Pagamento, pagamento indevido, consignação, subrogação, imputação em pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, transação, compromisso, confusão, emissão de dívidas, mora, inexecução; Transmissão das obrigações. Cessão de crédito, de débito e de contrato; Contrato: formação, contratos bilaterais, arras, estipulações em favor de terceiros, vício redibitório, evicção, contratos aleatórios; Espécies. Compra e Venda, troca, doação, locação, empreitada, empréstimo, depósito, mandato, gestão de negócios, contrato e sociedade, constituição de renda, seguro, fiança. Responsabilidade civil: noções gerais, culpa, dolo, liquidação das obrigações.

Direito Processual Civil (Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015): Lei processual; Princípios informativos do Direito Processual; A interpretação das leis processuais; Jurisdição, processo e ação; As partes e os procuradores: capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, sucessão, litisconsórcio, intervenção de terceiros; O Ministério Público no Processo Civil; O Juiz: impedimento e suspensão; competência. Competência interna. Critérios de determinação da competência interna. Competência em razão da causa e em razão do valor da matéria. Competência funcional. Competência territorial. Modificações da competência. Declaração de incompetência. Conflito de competência; Organização judiciária estadual. Atos processuais: Tutela Provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença: procedimento comum: fase de postulação; petição inicial; o pedido; a resposta do réu; exceções; reconvenção; revelia e reconhecimento do pedido; Fase de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo; fase probatória, a prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial; audiência de instrução e julgamento; Fase decisória: sentença; estrutura e formalidades da sentença; classificação da sentença; efeitos da sentença; coisa julgada; limites da coisa julgada. Cumprimento de sentença. Procedimentos especiais; Processo de execução: Princípios gerais; Requisitos para realizar qualquer execução; Diversas espécies de execução; Embargos à Execução; Suspensão e extinção do processo de execução; Sistema recursal; Recursos: conceito, fundamentação do direito de recurso; atos sujeitos a recurso; recursos admissíveis; Princípios gerais dos recursos; Apelação. Agravo de Instrumento; Agravo interno. Embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Ação de usucapião. Mandado de segurança e ação popular. Juizado especial cível. Súmulas vinculantes e súmulas dos Tribunais Superiores.

Direito Constitucional: Conceito, classificação, objeto e elementos das Constituições. Princípios e fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil. Estado, Governo e Organização Federal, Estadual e Municipal. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos e partidos políticos. Repartição de competências no Estado Brasileiro. Administração Federal, Estadual e Municipal. Poder Executivo. Presidente da República, Ministros e Conselhos. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal e Tribunais. Controle da constitucionalidade das leis. Tribunal de contas.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Finanças Públicas. Normas Gerais, Orçamentos (processo legislativo especial). Ordem Social. Sistema Nacional de Seguridade Social. Previdência Social. Assistência Social. Princípios Constitucionais.

Direito Administrativo: Conceito e princípios gerais de Direito Administrativo. Administração Pública: Organização da administração; Autarquias; Fundações públicas; Empresas públicas e sociedades de economia mista. Estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias (Lei nº 13.303/2016). Poderes administrativos. Abuso de poder e desvio de finalidade. Atos administrativos e sua invalidação. Contratos administrativos. Licitação. Princípios e modalidades. Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 13.303/2016. Servidores públicos. Serviços públicos e Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Responsabilidade civil na administração pública. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Leis anticorrupção: Lei nº 12.846 de 01/08/2013 - Responsabilização pela prática de atos contra a administração.

Direito e Processo do Trabalho (CLT de acordo com a reforma trabalhista – Lei nº 13.467/2017 e Medida Provisória nº 792/2017): Fundamentos do Direito do Trabalho: histórico, doutrina social, fontes e princípios; Conceitos e natureza jurídica; Interpretação e aplicação; Direito Individual do Trabalho. Contrato individual de trabalho; Relação de trabalho e de emprego; Sujeitos e características; Prova, forma e duração; Outros contratos; Remuneração e salário; Adicionais; Jornada de trabalho; Interrupção e suspensão do contrato de trabalho; Períodos de repouso; Repouso semanal; Férias; Alteração das condições de trabalho; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Extinção do contrato de trabalho; Justa causa; Estabilidade; Trabalho da mulher e do menor; Segurança e Medicina do Trabalho; Direito Coletivo do Trabalho; Histórico; Sindicatos; Garantias sindicais; Negociação coletiva; Convenção coletiva do trabalho; Direito de greve; Direito Processual do Trabalho; Organização da Justiça do Trabalho; Competência da Justiça do Trabalho; Processo em geral, Dissídios individuais; Dissídios coletivos; Execução; Recursos; Súmulas dos Tribunais Superiores; Orientações Jurisprudenciais do TST; Instruções Normativas do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Direito Tributário: Conceito, natureza, princípios; Normas tributárias: vigência e incidência, aplicação e interpretação; Convênio e Convenções; Direito tributário constitucional: princípios, limitações do poder de tributar; Obrigação tributária: conceito. Fato gerador. Sujeitos da obrigação tributária. Substituição tributária; Crédito tributário. Conceito, Natureza e constituição; Lançamentos: modalidades, eficácia e alteração; Suspensão: causas. Moratória; Extinção. Modalidades. Prescrição e decadência do crédito tributário; Exclusão. Isenção. Anistia e imunidades; Sentido social dos benefícios tributários; Garantias e privilégios do crédito tributário; Sistema tributário nacional. Regime das competências; Tributos. Espécies; Participação dos municípios no produto da arrecadação dos impostos federais e estaduais; Dívida ativa, conceito e espécies; inscrição, requisitos; Certidão de dívida ativa: liquidez e certeza; Execução fiscal; Pressupostos processuais e condições da ação. Competência; Procedimento da execução. Reunião de processos; Causas suspensivas e extintivas da execução; recursos; prazos; embargos; Pressupostos processuais e condições da ação; Procedimento; Impugnação; Recursos; Prazos; Execução e juízo universal. Concurso de preferência; Defesa do contribuinte em juízo; Ação declaratória de inexistência de débito fiscal; Ação anulatória do ato declarativo do débito fiscal. Pressupostos processuais. Condições da ação: depósito prévio; Ação de repetição do indébito. Pressupostos processuais. Condições da ação; Ação de Mandado de Segurança e Defesa do Contribuinte.

Os demais itens do **Edital nº 02/2018** permanecem inalterados.

E para que ninguém possa alegar desconhecimento, publique-se.

ASSIS/SP, 03 de abril de 2018.

EDUARDO DE CAMARGO NETO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS/SP